

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
PREFÁCIO	19
O ITCMD NA DOAÇÃO DE QUOTAS SOCIAIS <i>Adolpho Bergamini</i>	23
1 Introdução	23
2 O ITCMD na legislação paulista	24
3 O caso julgado pelo TIT/SP	27
4 A decisão dada pela 4ª Câmara Julgadora do TIT/SP	29
5 Pagamento de dividendos desproporcionais ao capital social configura doação?	34
6 Conclusão	39
A INCIDÊNCIA DO ITCMD E DO IRPF SOBRE DIVIDENDOS, À LUZ DOS PROJETOS DE LEI N. 108/2024 E N. 1.087/2025 <i>Ana Claudia Borges de Oliveira</i>	41
1 Introdução	41
2 O ITCMD e a tributação dos dividendos	43
3 O imposto sobre a renda e a tributação dos dividendos	47
4 Dividendos e a isenção tributária	49
5 Notas conclusivas	51
6 Referências	53

O ITCMD E O PERDÃO OU REMISSÃO DE DÍVIDA: ASPECTOS NORMATIVOS, JURISPRUDENCIAIS E PRÁTICOS À LUZ DO PLP N. 108/2024	55
<i>Carla Tredici Christiano</i>	
<i>Helena Vicentini de Assis</i>	
Introdução	55
Reforma tributária e PLP n. 108/2024	56
Planejamento tributário e o direito positivo brasileiro	60
Posicionamento da jurisprudência	63
Comentários finais	68
 LEIS DE REPATRIAÇÃO E A POLÊMICA ENTRE O IR E O ITCMD: COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA E DESAFIOS À LUZ DA REFORMA TRIBUTÁRIA	 71
<i>Danielle Bertagnolli</i>	
1 Introdução	71
2 Regime jurídico do ITCMD e a lacuna normativa	72
3 A lei de repatriação e a tributação pelo imposto de renda	75
4 A polêmica entre o IR e o ITCMD	76
5 Reforma tributária e seus reflexos	82
6 Conclusões	85
7 Referências	86
 A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO (ITCMD) EM PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: ANÁLISE JURISPRUDENCIAL E IMPLICAÇÕES CONSTITUCIONAIS	 89
<i>Fabiola Cassiano Keramidas</i>	
<i>Beatriz de Lima Peixoto de Souza</i>	
Introdução	89
1 Objetivo do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação	90
2 Do conceito legal de herança	91
3 Classificação e natureza dos planos de previdência	92
4 O Tema 1.214 do Supremo Tribunal Federal	95

5 Desenvolvidos recentes e o posicionamento da PGR	97
6 Modulação de efeitos da decisão do Tema 1.214	97
7 ITCMD na previdência complementar e a reforma tributária	98
8 Exceção – casos de fraudes	99
8.1 Análise jurisprudencial sobre a configuração de fraude	100
9 Conclusão	104
Referências	105

REFORMA TRIBUTÁRIA E DECADÊNCIA DO ITCMD: ENTRE A FRAGMENTAÇÃO ATUAL E A PROMESSA DE CLAREZA NORMATIVA	107
---	-----

Jefferson Valentin

Introdução	107
1 Decadência	109
1.1 A decadência no ITCMD	110
1.2 Tipos de lançamento tributário e suas implicações na decadência	112
1.3 Aspecto temporal do fato gerador e a contagem do prazo decadencial	113
1.3.1 Contrato consensual e contrato real: conceito e diferença fundamental	113
1.3.2 A caracterização do contrato de doação como consensual ou real e seus reflexos na determinação do fato gerador do ITCMD	116
1.3.3 Contrato de doação no Direito Civil	116
1.3.4 Reflexos da caracterização do contrato de doação na determinação do fato gerador do ITCMD	117
1.4 ITCMD sobre doações	119
1.5 ITCMD <i>causa mortis</i>	120
1.6 O PLP 108 e a nova proposta de regra para a decadência do ITCMD	121
1.7 Críticas e reflexões sobre a proposta	123
Conclusões	124
Referências	127

ITCMD, DISTRIBUIÇÃO DESPROPORCIONAL DE LUCROS E REFORMA TRIBUTÁRIA	129
--	-----

José Orivaldo Peres Júnior

1 Introdução	129
--------------	-----

2 Direito Tributário e o princípio da legalidade	130
3 A licitude da distribuição desproporcional de lucros	133
4 O conceito de lucro e o art. 110 do Código Tributário Nacional	137
5 ITCMD na reforma tributária	140
6 Conclusão	141
7 Referências	141

ITCMD: IMUNIDADE DAS ENTIDADES E DOAÇÕES DE BENS	143
--	-----

Julcira Maria de Mello Vianna

Maria Helena Tavares de Pinho Tinoco Soares

1 Introdução	143
2 Progressividade da alíquota	145
3 Deslocamento da competência	146
4 Doador residente no exterior/falecido com bens no exterior/falecido com bens residente/domiciliado no exterior	148
5 Imunidade das entidades e doações de bens	149
6 Considerações finais	152
7 Referências	153

ITCMD NA TRANSMISSÃO DE BENS LOCALIZADOS NO EXTERIOR	155
--	-----

Juliano Di Pietro

TRANSMISSÃO DE BENS A VALOR DE MERCADO NA DOAÇÃO E NA SUCESSÃO: ITCMD x IRPF	171
---	-----

Livia De Carli Germano

1 Colocação do tema	171
2 Bitributação IRPF x ITCMD?	175
3 IRPF: o RIR/2018 e a posição da Receita Federal	177
4 Juizados especiais e a posição firmada na TNU	181
5 Precedentes do Supremo Tribunal Federal	185
6 Comentários finais	196

ITCMD — ARBITRAMENTO: ENTRE O VALOR VENAL E A CAPACIDADE CONTRIBUTIVA	199
<i>Marcelo Magalhães Peixoto</i>	
<i>Jayr Viegas Gavalvão Jr.</i>	
1 Relevância do tema	199
2 ITCMD e a noção de valor venal	203
3 A relação com a capacidade contributiva	205
4 A declaração do contribuinte. Presunção de legitimidade	208
5 A excepcionalidade do arbitramento. Essência do art. 148 do CTN	209
6 Jurisprudência paradigmática do STJ, com destaque à relevância de dois precedentes	211
7 O PLP 108/2024 e a problemática substituição do valor venal pelo valor de mercado	213
 ITCMD NO DIREITO COMPARADO: BRASIL — ALEMANHA	 217
<i>Marco Antonio Veríssimo Teixeira</i>	
<i>Vera de Hesselle</i>	
1 Introdução	217
2 Definição do usufruto e considerações sobre o fato gerador do ITCMD na legislação tributária do Estado de São Paulo e na legislação tributária da Alemanha	218
2.1 Brasil	218
2.2 Alemanha	221
2.2.1 Conceito de usufruto	221
2.2.2 Consequência em matéria de sucessão	223
2.2.3 Consequência em matéria do direito tributário — método de avaliação	223
2.2.3.1 Determinação do valor anual do usufruto	225
2.2.3.2 Cálculo do valor do usufruto	226
2.2.3.3 Forma de pagamento do beneficiário	227
3 Estudo de caso	228
4 Decisões administrativas sobre questões relativas a doação com reserva de usufruto e jurisprudência do Judiciário brasileiro sobre o tema	229
5 Tratamento do tema na reforma tributária	232
6 Exemplos de decisões sobre o tema na jurisprudência alemã	233
7 Conclusões	236

ASPECTOS POLÊMICOS DO ITCMD — A BASE DE CÁLCULO NA TRANSMISSÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	239
<i>Maria do Rosário Esteves</i>	
1 Introdução	239
2 O ITCMD na Constituição Federal	240
2.1 Competência tributária e seu conceito jurídico	240
2.2 A competência tributária dos Estados-membros e do Distrito Federal	242
3 O papel da lei complementar em matéria tributária	243
3.1 A expressão “lei complementar”	243
4 Aspectos da base de cálculo do ITCMD	245
4.1 Aspectos gerais da base de cálculo do ITCMD	245
4.2 Aspectos polêmicos sobre a base de cálculo na transmissão de quotas de sociedade empresária	246
4.3 Casos práticos do Tribunal de Impostos e Taxas — TIT/SP	249
4.4 A jurisprudência dos tribunais judiciais — decisão da Segunda Turma do STJ	252
5 Conclusões	254
6 Referências	255
 PRINCÍPIO DA PROGRESSIVIDADE NA REFORMA TRIBUTÁRIA	 257
<i>Michell Przepiorka</i>	
1 Introdução	257
2 A progressividade do ITCMD até a Emenda Constitucional n. 132/2023	258
3 A progressividade do ITCMD pós-Emenda Constitucional n. 132/2023	261
4 Conclusões	269
5 Referências	269
 DISTRIBUIÇÃO DESPROPORCIONAL DE LUCROS E O ITCMD: ASPECTOS CONTROVERTIDOS	 271
<i>Pedro Anan Junior</i>	
1 Introdução	271
2 Base legal e constitucional do ITCMD	272
2.1 Base constitucional	272
2.2 Terminologia adotada pelos Estados	273
2.3 Base legal no Estado de São Paulo	274

3 A interpretação da Sefaz/SP na Consulta Tributária n. 20952M1/2019	275
3.1 Considerações críticas à Resposta à Consulta Tributária n. 20952M1/2019	278
4 Da legalidade da distribuição desproporcional de lucros e da razão negocial	279
5 Distinção jurídica entre distribuição desproporcional de lucros e doação	281
6 Da violação ao princípio da estrita legalidade – exigência de razão negocial	282
7 Inexistência de abuso de direito na distribuição desproporcional de lucros	283
8 Da ausência de simulação ou dissimulação na distribuição desproporcional de lucros	285
9 Inaplicabilidade do art. 116, parágrafo único, do CTN	287
10 Panorama jurisprudencial sobre a incidência do ITCMD na distribuição desproporcional de lucros	291
10.1 Jurisprudência favorável aos contribuintes	291
10.2 Jurisprudência desfavorável aos contribuintes	294
10.3 Análise crítica do cenário jurisprudencial	296
10.4 Considerações finais	296
11 Conclusão	298

INTERAÇÕES DA REFORMA TRIBUTÁRIA QUANTO AO ELEMENTO DE CONEXÃO DO ITCMD NA SUCESSÃO	301
---	-----

Vanessa Domene

1 Introdução	301
2 Regime constitucional de 1988: inseguranças jurídicas e limitações	302
3 A jurisprudência do STF: o caso do Tema 825 – RE 851.108/SP	305
4 As alterações trazidas pela reforma tributária – Emenda Constitucional 132/2023	307
5 Novos elementos de conexão da reforma tributária e sua aplicabilidade	308
6 Efeitos práticos na sucessão com elementos internacionais	309
7 Reflexões dogmáticas e críticas construtivas	311
8 Considerações finais	313
9 Referências	314